



Moção

2012, ano negro para as populações e o Poder Local

Em 2012, as autarquias estão sob o fogo da maior das ofensivas anti-poder local alguma vez vista desde o 25 de Abril de 1974, com efeitos muito negativos para as populações.

É todo o processo de uma chamada reforma administrativa do território que, ficando-se atualmente pela tentativa de liquidação de mais de mil freguesias, o seu elo mais fraco, mesmo contra a deliberação e vontade das populações e dos seus órgãos municipais e de freguesia, reforma esta que não tardará chegar aos municípios, tal como consta no programa assinado com a troika;

É a sucessiva descapitalização dos municípios (mais de 1.200 milhões de euros entre 2010 e 2012) pelo não cumprimento, que é devido, da lei das finanças locais, entre tantas outras;

É a ingerência, intromissão e abuso do poder, por via da imposição administrativa e legislativa anticonstitucional, na autonomia jurídica e administrativa do Poder Local; (Lei dos Compromissos – Lei do pessoal dirigente – imposição de redução do número de trabalhadores – obrigatoriedade em congelar e roubar salários e subsídios aos trabalhadores – nova lei das finanças locais – nova lei do regime jurídico das autarquias – redução do número de eleitos).

É o avançar com a criação ilegítima e ilegal de novas entidades a que, ainda que se chamando CIMs, constituem com a proposta em curso, uma verdadeira fraude e o mais sério ataque à existência dos municípios tal como hoje os conhecemos, ao pretenderem passar cerca 80% das suas competências para estas novas entidades e outras para as freguesias, sem ser por via de entendimentos e acordos entre as partes.

É a tentativa de privatizar a água e resíduos com a criação de grandes sistemas, designadamente juntando o Alentejo e o Algarve, reveladores de uma perspetiva completamente desfocada dos problemas e das realidades, para além de procurar entregar tudo a privados, sempre melhor que manter as públicas (na opinião deste governo e também nesta matéria infelizmente, a contar com o PS).

A defesa do Poder Local democrático passa por resistir à ofensiva em curso e impedir a sua descaracterização e importância para as populações onde, graças à sua intervenção se mudou a face deste país, abandonado durante décadas à sua sorte.

Não é diminuindo as competências, meios, eleitos e órgãos das autarquias que se desenvolve o País, tal como não é desativando e suprimindo serviços públicos essenciais (escolas, postos dos CTT, das forças de segurança, de saúde e agora as juntas de freguesia) que se contraria o despovoamento e a desertificação das nossas terras.

Moção apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 20 de dezembro de 2012 e aprovada, por maioria, com os votos contra do PSD, as abstenções do PS e os votos a favor da CDU e BE.

